

Interligação Elétrica Ivaí S.A.

Demonstrações Contábeis Regulatórias elaboradas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Relatório da Administração Regulatório

Mensagem da Administração

A Administração da Interligação Elétrica Ivaí S.A. (“Companhia”), submete à apreciação de V.S^{as}. o Relatório da Administração em conjunto com as Demonstrações Contábeis Regulatórias do exercício de 2023, elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, os quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da Companhia para a sociedade, parceiros, investidores e consumidores.

Em 2023, a Companhia efetuou a operação e a manutenção de suas instalações de transmissão, bem como executou suas atividades administrativas, financeiras e de engenharia com os níveis adequados de desempenho, mantendo as melhores práticas e visando a preservação da saúde e segurança de seus colaboradores.

O empreendimento é composto pela linha de transmissão Foz do Iguaçu – Guaíra, em 525 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 173 km, com origem na Subestação Foz do Iguaçu e término na Subestação Guaíra; linha de Transmissão Guaíra – Sarandi, em 525 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 266 km, com origem na Subestação Guaíra e término na Subestação Sarandi; linha de Transmissão Sarandi – Londrina, em 525 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 75 km, com origem na Subestação Sarandi e término na Subestação Londrina e; linha de Transmissão Sarandi – Paranaíba Norte, em 230 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 85 km, com origem na Subestação Sarandi e término na Subestação Paranaíba Norte, e teve o índice de disponibilidade em 2023 de 99,48%.

Auditores Independentes

Com respeito à prestação de serviços relacionados à auditoria externa, a Companhia informa que a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. prestou apenas serviços relacionados à auditoria das Demonstrações Financeiras do exercício de 2023.

Encerramento e Agradecimentos

A Administração da Companhia agradece a confiança de seus acionistas, a parceria de seus fornecedores e a efetiva participação dos financiadores e órgãos governamentais na implantação e na operação das instalações de transmissão administradas pela Companhia. Ressalta e agradece a dedicação e o comprometimento de seus colaboradores, destacando a elevada competência do seu corpo técnico próprio e de seus acionistas pelos trabalhos desempenhados, os quais foram de fundamental importância o atingimento dos objetivos da Companhia durante o ano de 2023.

A Administração

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

ÍNDICE

Balancos patrimoniais	4
Demonstrações dos resultados.....	5
Demonstração do resultado abrangente.....	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	7
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	8
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias.....	
1. Contexto operacional.....	9
2. Apresentação das demonstrações contábeis regulatórias.....	10
3. Principais práticas contábeis.....	11
4. Normas e interpretações societárias ainda não adotadas pelo órgão regulador	17
5. Caixa e equivalentes de caixa.....	17
6. Aplicações financeiras.....	17
7. Contas a receber – concessionárias e permissionárias.....	18
8. Imobilizado.....	18
9. Intangível.....	20
10. Fornecedores	22
11. Debêntures.....	23
12. Tributos e encargos sociais a recolher	25
13. Encargos regulatórios a recolher	25
14. Provisões	26
15. Patrimônio líquido.....	26
16. Receita operacional bruta	27
17. Pessoal e administradores.....	27
18. Resultado financeiro.....	28
19. Imposto de renda e contribuição social	29
20. Transações com partes relacionadas.....	29
21. Instrumentos financeiros	30
22. Seguros.....	32
23. Compromissos assumidos	32
24. Conciliação do balanço patrimonial e da demonstração do resultado regulatório e societário.....	33
25. Eventos subsequentes.....	37
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias.....	39

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Interligação Elétrica Ivaí S.A.

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Ativo	Nota	2023	2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	92.350	18.348
Aplicações financeiras	6	47.879	128.654
Contas a receber – concessionárias e permissionárias	7	14.194	28.354
Tributos e contribuições a compensar		6.498	10.657
Partes relacionadas	19	860	158
Despesas pagas antecipadamente		275	411
		162.056	186.582
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Contas a receber – concessionárias e permissionárias		29	-
Fundos vinculados	11.4	108.148	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18 (a)	207.721	205.816
PIS e COFINS diferidos		1.422	
Depósitos judiciais		3.237	2.985
		320.557	208.801
Imobilizado	8	1.826.383	1.678.489
Intangível	9	191.266	175.501
		2.017.649	1.853.990
Total do ativo		2.500.262	2.249.373
Passivo			
	Nota	2023	2022
Passivo circulante			
Arrendamento		129	164
Fornecedores	10	260.201	56.815
Debêntures	11	91.100	89.518
Tributos e encargos sociais a recolher	12	5.188	3.399
Encargos regulatórios a recolher	13	358	234
Partes relacionadas	19	2.344	1.042
Dividendos a pagar	15 (b)	46.402	-
Obrigações trabalhistas		74	252
		405.796	151.424
Não circulante			
Arrendamento		542	944
Fornecedores	10	2.935	-
Debêntures	11	2.176.816	2.170.480
Encargos regulatórios a recolher	13	1.158	156
Provisões	14	24.103	11.660
		2.205.554	2.183.240
Patrimônio líquido			
Capital social	15 (a)	315.000	315.000
Reservas de lucros	15 (c)	335.431	186.456
Prejuízo acumulado		(761.519)	(586.747)
		(111.088)	(85.291)
Total do passivo e do patrimônio líquido		2.500.262	2.249.373

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Interligação Elétrica Ivaí S.A.

Demonstrações dos resultados

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Nota	2023	2022
Operações em continuidade			
Disponibilização do sistema de transmissão	16	371.072	43.346
		371.072	43.346
Tributos			
PIS		(6.314)	(715)
COFINS		(29.081)	(3.295)
		(35.395)	(4.010)
Encargos			
Taxa de fiscalização de serviços de energia		(946)	-
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D		(3.300)	(390)
		(4.246)	(390)
Receita líquida		331.431	38.946
Custos e despesas			
Pessoal		(3.637)	(1.591)
Material		(286)	(3)
Serviços de terceiros		(15.658)	(4.633)
Depreciação e amortização		(34.933)	(150)
Seguros		(412)	(35)
Arrendamento e aluguéis		(369)	(71)
Provisões para demandas judiciais		(29)	-
Tributos		(23)	(13)
Gastos diversos		(385)	(5)
Outras despesas operacionais		(49.293)	-
		(105.025)	(6.501)
Resultado da atividade		226.406	32.445
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	17	27.753	13.005
Despesas financeiras	17	(223.068)	(238.805)
		(195.315)	(225.800)
Resultado antes dos impostos sobre o lucro		31.091	(193.355)
Despesas com Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	18	(12.993)	-
Diferido		2.507	65.397
Resultado líquido do exercício		20.605	(127.958)
Lucro (prejuízo) por ação		0,06541	(0,40622)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Interligação Elétrica Ivaí S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Lucro (prejuízo) do exercício	<u>20.605</u>	<u>(127.958)</u>
Total dos resultados abrangentes do exercício	<u><u>20.605</u></u>	<u><u>(127.958)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Interligação Elétrica Ivaí S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Nota	Capital social	Reserva legal	Retenção de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2021		135.000	25.381	120.751	(418.465)	(137.333)
Integralização de capital		180.000	-	-	-	180.000
Prejuízo do exercício		-	-	-	(127.958)	(127.958)
Destinação do lucro:						
Constituição da reserva legal	16 (c)	-	2.016	-	(2.016)	-
Constituição de retenção de lucros	16 (c)	-	-	38.308	(38.308)	-
Em 31 de dezembro de 2022		315.000	27.397	159.059	(586.747)	(85.291)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	20.605	20.605
Destinação do lucro:						
Constituição da reserva legal	16 (c)	-	9.769	-	(9.769)	-
Constituição de retenção de lucros	16 (c)	-	-	139.206	(139.206)	-
Dividendos obrigatórios	16 (b)	-	-	-	(46.402)	(46.402)
Em 31 de dezembro de 2023		315.000	37.166	298.265	(761.519)	(111.088)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Interligação Elétrica Ivaí S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	2023	2022
Atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) do exercício	20.605	(127.958)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido (prejuízo) ao caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais		
Depreciação e amortização	34.933	150
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(1.905)	(65.397)
PIS e COFINS diferidos	(1.422)	-
Provisões	-	(153)
Rendimentos sobre aplicações financeiras	(26.816)	(12.736)
Juros sobre arrendamentos	-	28
Juros e variações monetárias sobre debêntures	222.197	238.309
	247.592	32.243
(Aumento) diminuição de ativos		
Contas a receber - concessionárias e permissionárias	14.131	(28.354)
Tributos e contribuições a compensar	4.159	(14)
Partes relacionadas	(702)	(139)
Cauções e depósitos vinculados	(252)	(2.470)
Outros	139	906
	17.475	(30.071)
Aumento (diminuição) de passivos		
Fornecedores	206.321	(22.266)
Partes relacionadas	1.302	843
Tributos e encargos sociais a recolher	37.919	833
Imposto de renda e contribuição social pagos	(36.130)	
Encargos regulatórios a recolher	1.126	390
Obrigações trabalhistas	(178)	(67)
Provisões	12.443	11.660
	222.803	(8.607)
Fluxo de caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	487.870	(6.435)
Atividades de investimento		
Aplicações financeiras	107.591	107.568
Fundos vinculados	(108.148)	-
Imobilizado (nota 8)	(182.852)	(233.092)
Intangível (nota 9)	(15.743)	(30.684)
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(199.152)	(156.208)
Atividades de financiamento		
Integralização de capital	-	180.000
Amortização do principal das debêntures	(96.656)	-
Pagamento de encargos de dívidas	(117.623)	-
Pagamentos de arrendamento	(437)	655
Fluxo de caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento	(214.716)	180.655
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	74.002	18.012
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	18.348	336
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	92.350	18.348
Variação em caixa e equivalentes de caixa	74.002	18.012

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Interligação Elétrica Ivaí S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. Contexto operacional

1.1 Objeto social

A Interligação Elétrica Ivaí S.A. (“Companhia”), é uma sociedade de capital privado, controlada em conjunto pela Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista S.A. (“CTEEP” ou “ISA CTEEP”) e Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (“TAESA”), constituída em 17 de maio de 2017, brasileira, domiciliada em São Paulo com sede na Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, Torre C – Cristal Tower, 5º andar, Vila Gertrudes, autorizada a operar como concessionária de serviço público de energia elétrica, tendo como atividade principal a transmissão de energia elétrica, que requer o planejamento, a implementação da infraestrutura e a operação e manutenção de sistemas subordinados a transmissão, linhas, subestações, centros de controle e respectiva infraestrutura, incluindo os serviços de apoio e administrativos, a provisão de equipamentos e materiais de reserva, as programações, as medições e os demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Estas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Em 31 de dezembro de 2023, o passivo circulante da Companhia excedeu o total do ativo circulante no montante de R\$243.740, (positivo de R\$ 35.158 em 31 de dezembro de 2022), que reflete os investimentos no projeto, que se encontra em fase de operação comercial. Com base nas projeções feitas pela Companhia para o projeto, a Administração compreende que o projeto será lucrativo, e que o efeito negativo gerado durante a fase pré-operacional com investimento em infraestrutura, será compensado com o recebimento da Receita Anual Permitida (RAP) e desta forma, realizar o cumprimento de suas obrigações de acordo com os vencimentos contratados.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia e entende que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

1.2 Concessão

A Companhia possui o direito de explorar, direta ou indiretamente, o seguinte contrato de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Contrato	Prazo (anos)	Vencimento	Revisão Tarifária Periódica		Índice de correção	Receita Anual Permitida - RAP	
			Prazo (anos)	Próxima		R\$ mil	Mês base
022/2017	30	11.08.47	5 anos	2028	IPCA	362.611	06/23

Contrato nº 22/2017

Composto por: (i) Linha de transmissão Foz do Iguaçu – Guaíra, em 525 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 173 km, com origem na Subestação Foz do Iguaçu e término na Subestação Guaíra; (ii) Novo pátio 525 kV na SE Guaíra, com unidades de transformação 525/230 kV, 6 x 224 MVA e com unidade reserva; (iii) Linha de Transmissão Guaíra – Sarandi, em 525 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 266 km, com origem na Subestação Guaíra e término na Subestação Sarandi; (iv) Novo pátio 525 kV na SE Sarandi, com unidades de transformação 525/230 kV, 6 x 224 MVA e unidade reserva; (v) Linha de Transmissão Sarandi – Londrina, em 525 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 75 km, com origem na Subestação Sarandi e término na Subestação Londrina; (vi) Linha de Transmissão Sarandi – Paranavaí Norte, em 230 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 85 km, com origem na Subestação Sarandi e término na Subestação Paranavaí Norte; (vii) Nova Subestação 230/138 kV Paranavaí Norte, com unidades de transformação 230/138 kV, 6 x 50 MVA e unidade reserva; (viii) Módulos gerais, conexões de unidades de transformação, conexões de reatores e de bancos de capacitores, entradas de linha, interligações de barramento, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicações, administração e apoio. O empreendimento estava previsto para entrada em operação comercial no dia 11 de agosto de 2022.

Interligação Elétrica Ivaí S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Em 09 de novembro de 2022, foram emitidos pelo Operador Nacional do Sistema os Termos de Liberação Provisório autorizando o início da operação comercial da: Linha de transmissão Foz do Iguaçu – Guaíra, em 525 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 173 km, com origem na Subestação Foz do Iguaçu e término na Subestação Guaíra; Linha de Transmissão Guaíra – Sarandi, em 525 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 266 km, com origem na Subestação Guaíra e término na Subestação Sarandi; Linha de Transmissão Sarandi – Londrina, em 525 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 75 km, com origem na Subestação Sarandi e término na Subestação Londrina; Módulo Geral da ampliação na SE 525kV Foz do Iguaçu; Módulo Geral do pátio novo 525kV da SE Sarandi, Módulo Geral do pátio novo 525kV da SE Guaíra e o Termo de Liberação Definitivo do Módulo Geral da ampliação na SE 525kV Londrina.

Em 02 de dezembro de 2022, foi emitido pelo Operador Nacional do Sistema o Termo de Liberação Provisório autorizando o início da operação comercial das transformações 525/230 kV – SE Sarandi, 6 x 224 MVA.

Em 23 de janeiro de 2023, foi emitido pelo Operador Nacional do Sistema o Termo de Liberação Provisório autorizando o início da operação comercial do Módulo Geral da SE Paranaíba Norte 230kV, das unidades de transformação 230/138 kV, 6 x 50 MVA e unidade reserva e do banco de capacitor 138kV de 30MVar. Em 26 de janeiro de 2023, emitido Termo de Liberação Provisório da Linha de Transmissão Sarandi – Paranaíba Norte, em 230 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 85 km, com origem na Subestação Sarandi e término na Subestação Paranaíba Norte.

Quanto ao novo pátio 525 kV na SE Guaíra, com unidades de transformação 525/230 kV, 6 x 224 MVA iniciou a operação comercial em 01 de maio de 2023, enquanto a Unidade de Transformação reserva 525/230 kV – 224 MVA do novo pátio da SE Sarandi iniciou sua operação comercial em 29 de julho de 2023.

Em 03 de março de 2024, as obras de implantação do empreendimento da Companhia foram finalizadas, sendo solicitado ao Operador Nacional do Sistema, a emissão do Termo de Liberação Definitivo – TLD, sendo esse emitido pelo órgão em 05 de março de 2024.

2 Apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

2.1 Bases de elaboração e apresentação

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL através da Resolução Normativa nº 933 em 28 de maio de 2021 e orientações do Despacho nº 2.904 de 17 de setembro de 2021 da ANEEL.

As demonstrações contábeis para fins regulatórios são distintas das demonstrações contábeis estatutárias societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. A nota explicativa 23 apresenta uma reconciliação entre as demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as práticas contábeis regulatórias, para melhor entendimento do leitor.

2.2 Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis regulatórias são mensurados usando o real (R\$), moeda do ambiente econômico no qual a Companhia atua, sendo a moeda funcional da Companhia e também de apresentação das demonstrações contábeis regulatórias.

As demonstrações contábeis regulatórias estão apresentadas em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma.

Interligação Elétrica Ivaí S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

2.2 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações contábeis regulatórias requer que a Administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores jurídicos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas.

Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

Julgamentos, estimativas e premissas considerados críticos estão relacionados aos seguintes aspectos:

- Constituição de ativo ou passivo fiscal diferido;
- Análise do risco de crédito e de outros riscos para a determinação da necessidade de provisões, inclusive a provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas (nota 14).

3 Práticas contábeis materiais regulatórias

3.1 Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Outorgada é medida pelo valor da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional referente a transmissão de energia é reconhecida no momento em que a ONS apura/reconhece os valores que a Companhia tem o direito de faturar dos demais agentes do setor de energia elétrica, conforme previsto em contrato de prestação de serviços entre o Poder Concedente e a Outorgada.

3.2 Impostos de renda e contribuição social corrente e diferido

São apurados com base no regime de lucro real observando-se as alíquotas vigentes que incidem sobre a RAP e demais receitas. As alíquotas de imposto de renda são de 15%, acrescida de 10% sobre a base de cálculo que exceder R\$240 no ano e a contribuição social é calculada à alíquota de 9%. A Companhia optou pelo regime de lucro real a partir de 2018.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

3.3 Impostos e encargos setoriais sobre a receita

(a) Impostos sobre serviços

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre serviços, exceto quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre serviços é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso.

Interligação Elétrica Ivaí S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

(b) Encargos setoriais

Os encargos setoriais abaixo descritos fazem parte das políticas de governo para o setor elétrico e são todos definidos em Lei. Seus valores são estabelecidos por Resoluções ou Despachos da ANEEL, para efeito de recolhimento pelas concessionárias dos montantes cobrados dos consumidores por meio das tarifas de fornecimento de energia elétrica e estão classificados sob a rubrica encargos regulatórios a recolher no balanço patrimonial.

(i) Reserva Global de Reversão (RGR)

Encargo criado pelo Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957. Refere-se a um valor anual estabelecido pela ANEEL, pago mensalmente em duodécimos pelas concessionárias, com a finalidade de prover recursos para reversão e/ou encampação dos serviços públicos de energia elétrica, como também para financiar a expansão e melhoria desses serviços.

(ii) Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

As concessionárias de serviços públicos de distribuição, transmissão ou geração de energia elétrica, as permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica e as autorizadas à produção independente de energia elétrica, excluindo-se, por isenção, aquelas que geram energia exclusivamente a partir de instalações eólica, solar, biomassa, co-geração qualificada e pequenas centrais hidrelétricas, devem aplicar, anualmente, um percentual de sua receita operacional líquida em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica – P&D, segundo regulamentos estabelecidos pela ANEEL (nota 13).

(iii) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Criada pela Lei 9.427/1996 incide sobre a produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica e conforme artigo 29 da Lei nº 12.783/2013, a TFSEE passou a ser equivalente a 0,4% do valor do benefício econômico anual.

3.4 Instrumentos financeiros

A Companhia aplicou os requerimentos do CPC 48 – Instrumentos Financeiros, relativos à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros e a mensuração e o reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável.

(a) Ativos financeiros

(i) Classificação e mensuração

Ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. Quando um instrumento de patrimônio não é cotado em um mercado ativo e seu valor justo não pode ser mensurado com confiança, este é mensurado ao custo e testado para *impairment*.

A classificação depende da finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

Interligação Elétrica Ivaí S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial. A receita é reconhecida com base nos juros efetivos para os instrumentos de dívida não caracterizados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

- *Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado*

Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio de resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. Ganhos ou perdas líquidos são reconhecidos na rubrica “Outros ganhos e perdas”, na demonstração do resultado.

Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se (i) for adquirido principalmente para ser vendido a curto prazo; ou (ii) no reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que a Companhia administra em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou (iii) for um derivativo que não tenha sido designado como um instrumento de “hedge” efetivo.

Um ativo financeiro, além dos mantidos para negociação, pode ser designado ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se (i) tal designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento que, de outra forma, surgiria; ou (ii) o ativo financeiro for parte de um grupo gerenciado de ativos ou passivos financeiros ou ambos, e seu desempenho for avaliado com base no valor justo, de acordo com a estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento da Companhia, e quando as informações sobre o agrupamento forem fornecidas internamente com a mesma base; ou (iii) fizer parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e o CPC 38 e IAS 39 permitir que o contrato combinado seja totalmente designado ao valor justo por meio do resultado.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os ativos financeiros classificados nesta categoria estão relacionados aos equivalentes de caixa.

- *Custo Amortizado*

Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (*impairment*)

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

Interligação Elétrica Ivaí S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.

(ii) Baixa de ativos financeiros

A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

(b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

3.5 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo.

Para que um investimento de curto prazo seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, de três meses ou menos, a contar da data da aquisição (nota 5).

3.6 Contas a receber – Concessionárias e Permissionárias

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão (nota 7). A Companhia tem direito à Receita Anual Permitida (RAP) pela disponibilização das instalações de transmissão de energia elétrica reajustada e revisada anualmente (nota 16), com prazo médio de recebimento inferior a 30 dias.

3.7 Imobilizado em serviço e em curso

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme normas regulatórias vigentes. As taxas médias anuais de depreciação e são determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil residual do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

Materiais em depósito, quando os bens não necessitarem de recuperação e se tratarem de unidades de adição e retirada, vinculados ou não a um projeto são considerados como imobilizado em Curso.

Interligação Elétrica Ivaí S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido.

3.8 Intangível

Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

3.9 Arrendamentos

Em decorrência da revisão do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE) aprovado pela Resolução Normativa nº 933 em 28 de maio de 2021 e orientações do Despacho nº 2.904 de 17 de setembro de 2021 da ANEEL, com vigência a partir de 01 de janeiro de 2022, o CPC 06 (R2) – Arrendamentos foi adotado pela ANEEL e sua aplicação deverá se restringir aos bens administrativos, ou seja, aqueles que não estão diretamente vinculados às instalações de energia elétrica das atividades de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.

A Companhia possui baixo volume de contratos de arrendamentos e cujos valores, com a adoção do CPC 06 (R2), estão reconhecidos em “Arrendamento” referente aos pagamentos futuros e “Imobilizado” referente o direito de uso (nota 23.4).

A Companhia como arrendatária

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

- **Arrendatário**

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

- **Ativos de direito de uso**

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. Na determinação do custo do direito de uso, parte-se do valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, adicionam-se os custos diretos incorridos, pagamentos de arrendamento realizados até a data de início e a estimativa do custo para recuperar e devolver o ativo subjacente ao arrendador no final do prazo de arrendamento, menos eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo período do prazo do arrendamento.

- **Passivos de arrendamento**

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente líquido dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do contrato. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

Ao calcular o valor presente líquido dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a taxa implícita encontrada na taxa de captação da dívida na data de início. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação: mudança no prazo do arrendamento, alteração nos pagamentos do arrendamento ou alteração na avaliação da opção de compra do ativo subjacente.

Interligação Elétrica Ivaí S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

- *Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor*

Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

3.10 Demais ativos circulantes e não circulantes

São apresentados pelo seu valor líquido de realização.

Provisões são constituídas por valores considerados de improvável realização dos ativos na data dos balanços patrimoniais.

3.11 Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço.

3.12 Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes resultantes de eventos passados e de perda provável passível de estimativa de valores de liquidação financeira de forma confiável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, usando-se a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Companhia.

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente resultante de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança.

Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na nota 14 (a).

3.13 Segmento de negócio

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio das quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, com disponibilidade de informações financeiras individualizadas e cujos resultados operacionais são regularmente revistos pela administração no processo de tomada de decisão.

No entendimento da administração da Companhia, embora reconheça receita para as atividades de implementação da infraestrutura, e de operação e manutenção, considerou-se que essas receitas são originadas por contratos de concessão que possuem apenas um segmento de negócio: transmissão de energia elétrica.

Interligação Elétrica Ivaí S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

3.14 Demonstração dos fluxos de caixa (“DFC”)

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e está apresentada de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

4 Normas e interpretações societárias ainda não adotadas pelo órgão regulador

A ANEEL não adotou os pronunciamentos e interpretações emitidas pelo CPC que passaram a vigorar em 1º de janeiro de 2018 e de 2019:

- **CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente**

O CPC 47 estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com referido CPC, a receita reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.

A Companhia avaliou suas operações à luz das novas normas contábeis, e conforme descrito no item 3.7 das demonstrações financeiras societárias do exercício de findo em 31 de dezembro de 2018, concluiu que a atividade de implementação da infraestrutura é afetada pelo novo CPC, uma vez que o direito à contraprestação por bens e serviços está condicionado ao cumprimento de outras obrigações de *performance*.

- **ICPC 01 - Contratos de Concessão**

Esta interpretação técnica orienta os concessionários sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos a entidades privadas. É aplicada à infraestrutura construída ou adquirida junto a terceiros pelo concessionário para cumprir o contrato de prestação de serviços; e à infraestrutura já existente, que a concedente repassa durante o prazo contratual ao concessionário para efeitos do contrato de prestação de serviços.

- **ICPC 22 - IFRIC 23 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro**

Essa interpretação técnica, vigente para exercícios financeiros a partir de 1º de janeiro de 2019, esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração quando há incerteza sobre a aceitação dos tratamentos adotados pela autoridade fiscal, aplicando os requisitos do CPC 32.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	% do CDI	2023	2022
Caixa e bancos		1.781	17.858
Certificados de Depósitos Bancários (CDBs)	102,2%	90.569	490
		92.350	18.348

6 Aplicações financeiras

	% do CDI	2023	2024
Fundos de Investimento e outras aplicações (a)	89%	47.879	128.654
		47.879	128.654

Interligação Elétrica Ivaí S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

- (a) Fundo de Investimento Xavantes Renda Fixa Referenciado DI: fundo constituído para investimento exclusivamente pela Controladora CTEEP e suas controladas e controladas em conjunto, administrado pelo Banco Itaú-Unibanco e com a carteira composta por quotas do Fundo de Investimento Special Renda Fixa Referenciado DI (Corp Referenciado DI incorporado pelo Special Renda Fixa Referenciado DI).

O referido fundo de investimento possui liquidez diária, prontamente conversível em montante de caixa, independentemente dos ativos, destacando-se que eventual risco de mudança de valor estará diretamente atrelado a composição do fundo, que detém títulos públicos e privados. A carteira é composta por títulos de renda fixa, tais como títulos públicos federais e títulos privados com o objetivo de acompanhar a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e/ou da taxa SELIC.

7 Contas a receber – concessionárias e permissionárias

	Corrente vencida					2023	2022
	Corrente a vencer	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias		
Transmissão de Energia							
Encargos de uso da Rede Elétrica	13.058	135	671	330	29	14.223	28.354
	13.058	135	671	330	29	14.223	28.354

A Companhia não apresenta histórico e nem expectativa de perdas em contas a receber, que são garantidas por estruturas de fianças e/ou contratos de constituição de garantia administrados pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) e, portanto, não constituiu perda esperada para créditos de liquidação duvidosa.

8 Imobilizado

Refere-se, substancialmente, a máquinas e equipamentos utilizados pela Companhia e aplicados na operação de transmissão de energia, vinculados aos contratos de concessão. O imobilizado é depreciado conforme taxas anuais de depreciação previstas pelo Órgão Regulador.

a) Ativo imobilizado em serviço

	Custo em 2022	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Custo em 2023	Adições Líquidas= (A)-(B)+(C)	Depreciação Acumulada	Saldo em 2023	Saldo em 2022
Transmissão									
Máquinas e equipamentos (*)	-	-	-	1.860.336	1.860.336	1.860.336	(34.726)	1.825.610	-
Subtotal	-	-	-	1.860.336	1.860.336	1.860.336	(34.726)	1.825.610	-

Interligação Elétrica Ivaí S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Custo em 2022	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Custo em 2023	Adições Líquidas= (A)-(B)+(C)	Depreciação Acumulada	Saldo em 2023	Saldo em 2022
Administração									
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.301	-	(244)	-	1.057	(244)	(381)	676	1.087
Máquinas e equipamentos	158	-	(8)	30	180	22	(83)	97	95
Subtotal	1.459	-	(252)	30	1.237	(222)	(464)	773	1.182

b) Ativo imobilizado em curso

	Custo em 2022	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Custo em 2023	Adições Líquidas= (A)-(B)+(C)	Depreciação Acumulada	Saldo em 2023	Saldo em 2022
Transmissão									
Máquinas e equipamentos	850.720	20.652	-	(871.372)	-	(850.720)	-	-	850.720
Outros	826.557	162.443	-	(989.000)	-	(826.557)	-	-	826.557
Subtotal	1.677.277	183.095	-	(1.860.372)	-	(1.677.277)	-	-	1.677.277

	Custo em 2022	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Custo em 2023	Adições Líquidas= (A)-(B)+(C)	Depreciação Acumulada	Saldo em 2023	Saldo em 2022
Administração									
Máquinas e equipamentos	30	1	-	(31)	-	(30)	-	-	30
Subtotal	30	1	-	(31)	-	(30)	-	-	30
Total do ativo imobilizado	1.678.766	183.096	(252)	(37)	1.861.573	182.807	(35.190)	1.826.383	1.678.489

(*) A Companhia está em processo de conclusão da unitização dentro do prazo estabelecido pela ANEEL e após a conclusão do processo, os valores serão segregados nas demais linhas do ativo imobilizado.

c) Taxas anuais de depreciação do imobilizado em Serviço

	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2023		2022	
		Bruto	Depreciação acumulada	Saldo	Saldo
Em Serviço					
Transmissão					
Máquinas e equipamentos	3,20	1.860.336	(34.726)	1.825.610	-
Administração					
Edificações, obras civis e benfeitorias	14,33	1.057	(381)	676	1.087
Máquinas e equipamentos	15,96	180	(83)	97	95
		1.861.573	(35.190)	1.826.383	1.182
Em Curso					
Transmissão		-	-	-	1.677.277
Administração		-	-	-	30
		-	-	-	1.677.307
		1.861.573	(35.190)	1.826.383	1.678.489

Interligação Elétrica Ivaí S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

d) Composição das adições do imobilizado em Curso

	<u>Material / equipamentos</u>	<u>Serviços de terceiros</u>	<u>Outros gastos</u>	<u>Total</u>
Edificações, obras e benfeitorias	-	152.125	21	152.146
Máquinas e equipamentos	11.218	9.435	-	20.653
A ratear	-	2.299	777	3.076
Desenvolvimento de projetos	-	6.042	-	6.042
Adiantamento a fornecedores	1.179	-	-	1.179
Total das adições	12.397	169.901	798	183.096

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

9 Intangível

O ativo intangível refere-se, principalmente: (i) servidões vinculadas ao direito de passagem das linhas de transmissão; e (ii) gastos incorridos na implantação e atualização do ERP-SAP, amortizados linearmente no prazo de 5 anos.

a) Ativo intangível em Serviço

	<u>Custo em 2022</u>	<u>Adições (A)</u>	<u>Baixas (B)</u>	<u>Transferências (C)</u>	<u>Custo em 2023</u>	<u>Adições líquidas = (A)-(B)+(C)</u>	<u>Amortização acumulada</u>	<u>Saldo em 2023</u>	<u>Saldo em 2022</u>
Transmissão									
Servidões	-	-	-	191.266	191.266	191.266	-	191.266	-
Subtotal	-	-	-	191.266	191.266	191.266	-	191.266	-
Administração									
Softwares	192	-	-	-	192	-	(192)	-	15
Subtotal	192	-	-	-	192	-	(192)	-	15

Interligação Elétrica Ivaí S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

b) Ativo intangível em Curso

	Custo em 2022	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Custo em 2023	Adições líquidas= (A)-(B)+(C)	Amortização acumulada	Saldo em 2023	Saldo em 2022
Transmissão									
Servidões	175.486	15.743	-	(191.229)	-	(175.486)	-	-	175.486
Subtotal	175.486	15.743	-	(191.229)	-	(175.486)	-	-	175.486
	175.678	15.743	-	37	191.458	15.780	(192)	191.266	175.501

c) Taxas anuais de amortização

	Taxas anuais médias de amortização (%)	2023		2022	
		Bruto	Amortização acumulada	Saldo	Saldo
Em Serviço					
Transmissão					
Servidões		191.266	-	191.266	-
Administração					
Softwares	20,00	192	(192)	-	15
		191.458	(192)	191.266	15
Em Curso					
Transmissão		-	-	-	175.486
		-	-	-	175.486
		191.458	(192)	191.266	175.501

d) Composição das adições do intangível em Curso

	Serviços de terceiros	Total
Servidões	15.743	15.743
Total das adições	15.743	15.743

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto no 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

Interligação Elétrica Ivaí S.A

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)**

10 Fornecedores

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, quando aplicável.

O saldo em 31 de dezembro de 2023 de R\$263.136 (R\$56.815 em 31 de dezembro de 2022) na rubrica de fornecedores, substancialmente, é composto de valores a pagar de compras de materiais e serviços relativos à construção da Linha de Transmissão.

Interligação Elétrica Ivaí S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

11 Debêntures

11.1 Composição do saldo de debêntures

	Juros de curto prazo	Principal curto prazo	Principal + juros LP	Saldo	Adimplente	Data da captação / repactuação	Tipo de garantia	Indexador ou juros	Spread % a.a.	Data do próximo pgto de juros	Frequência de pgto de juros	Data da próxima amortização	Vencimento final	Frequência amortização	Sistemática amortização
Moeda nacional	-	91.100	2.176.816	2.267.916											
Debêntures 1ª emissão	-	91.100	2.176.816	2.267.916	Sim	Dez-19	Fiança bancária	IPCA	4,50%	15/06/23	Semestral	15/06/24	15/12/43	Semestral	Percentual

As debêntures estão demonstradas pelo valor líquido dos custos de transação incorridos, e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Interligação Elétrica Ivaí S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

11.2 Vencimento das parcelas

	<u>2024</u>	<u>2025</u>	<u>2026</u>	<u>2027</u>	<u>2028</u>	<u>2029+</u>	<u>Total</u>
Moeda nacional	91.100	97.467	97.764	104.130	104.429	1.773.026	2.267.916
Debêntures 1ª emissão	91.100	97.467	97.764	104.130	104.429	1.773.026	2.267.916

11.3 Movimentação das debêntures

Saldos em 2021	<u>2.021.689</u>
Custos de Transação	6.383
Juros e variações monetárias	<u>231.926</u>
Saldos em 2022	<u>2.259.998</u>
Custos de Transação	6.343
Pagamentos de principal	(96.656)
Pagamentos de juros	(117.624)
Juros e variações monetárias	<u>215.855</u>
Saldos em 2023	<u>2.267.916</u>

As debêntures emitidas não são conversíveis em ações, e o processo de emissão ocorreu conforme Instrução CVM nº 476/09, ou seja, referem-se a ofertas públicas distribuídas com esforços restritos. Houve dispensa de registro de distribuição na CVM.

O contrato de debêntures possui cláusulas restritivas que exigem o cumprimento de indicadores financeiros, sendo o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) igual ou superior a 1,3x.

Em 31 de dezembro de 2023, inexistiu evento de vencimento antecipado da dívida relacionado a cláusulas restritivas (“covenants financeiros e não financeiros”) da Companhia.

11.4 Fundos vinculados

Até o vencimento final das debêntures a Companhia deve manter em conta reserva o valor mínimo equivalente a 100% (cem por cento) do valor da próxima amortização e pagamento de juros. Em 31/12/2023 o saldo é de R\$ 108.148.

11.5 Composição dos ativos financeiros

	<u>Principal curto prazo</u>	<u>Saldo total em 2023</u>
Caixas e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	140.229	140.229
Fundos vinculados	<u>108.148</u>	<u>108.148</u>
Total dos ativos financeiros	<u>248.377</u>	<u>248.377</u>

Interligação Elétrica Ivaí S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

11.6 Composição do endividamento e dívida líquida

	<u>Principal curto prazo</u>	<u>Principal + LP</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Dívida bruta				
Moeda nacional	91.100	2.176.816	2.267.916	2.259.998
Ativos financeiros	140.229	108.148	<u>(248.377)</u>	<u>(147.002)</u>
Dívida líquida			<u>2.019.539</u>	<u>2.112.996</u>

12 Tributos e encargos sociais a recolher

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Imposto de renda	34	365
Contribuição social	981	124
COFINS	2.630	1.725
PIS	565	372
INSS	240	120
ISS	27	9
ICMS	671	651
FGTS	1	-
Outros	39	33
	<u>5.188</u>	<u>3.399</u>

13 Encargos regulatórios a recolher

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	<u>1.516</u>	<u>390</u>
	<u>1.516</u>	<u>390</u>
Circulante	<u>358</u>	<u>234</u>
Não circulante	<u>1.158</u>	<u>156</u>

A Companhia reconhece obrigações relacionadas a valores já faturados em tarifas (1% da Receita Operacional Líquida), aplicados no Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), atualizados mensalmente, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização, com base na taxa SELIC, conforme as Resoluções ANEEL 300/2008 e 316/2008. Conforme Ofício Circular nº 0003/2015 de 18 de maio de 2015, os gastos aplicados em P&D são contabilizados no ativo e quando da conclusão do projeto são reconhecidos como liquidação da obrigação e, posteriormente, submetidos à auditoria e avaliação final da ANEEL.

Interligação Elétrica Ivaí S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

14 Provisões

(a) Provisão para demandas judiciais

As demandas judiciais são avaliadas periodicamente e classificadas segundo probabilidade de perda para a Companhia. Provisões são constituídas para todas as demandas judiciais para as quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

Em 31 de dezembro de 2023, há ações judiciais, de natureza cível-fundiária, com probabilidade de perda provável no montante de R\$24.103 (R\$11.660 em 31 de dezembro de 2022).

(b) Processos com probabilidade de perda classificada como possível

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui ações de natureza cível, trabalhista e tributária, envolvendo risco de perda que a administração, com base na avaliação de seus consultores jurídicos classificou como perda possível, para a qual não constitui provisão, no montante de R\$7.098 (R\$8.284 em 31 de dezembro de 2022).

15 Patrimônio líquido

A constituição das reservas de capital e de lucros, bem como a destinação dos lucros do exercício são efetuadas atendendo o previsto no Estatuto da Companhia e na legislação da Lei nº 6.404/1976 (lei das Sociedades Anônimas), que tomam como base as demonstrações financeiras estatutárias, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que são auditadas pela mesma empresa que audita as demonstrações contábeis regulatórias e foram aprovadas pela Administração em 20 de março de 2024 e disponibilizadas em 03 de abril de 2024.

O Manual de Contabilidade do Setor Elétrico determina que a constituição das referidas reservas deverá ser calculada com base nas demonstrações financeiras estatutárias.

(a) Capital social

O capital social autorizado da Companhia em 2023 e 2022 é de 480.000.000 em ações ordinárias, todas nominativas e com valor nominal de R\$1,00.

Em 2023 e 2022, a composição do capital social autorizado totaliza R\$480.000 e o capital social integralizado R\$315.000 (R\$315.000 em 31 de dezembro de 2022), representados por ações ordinárias e possui a seguinte composição acionária:

Acionistas	Quantidade de ações ordinárias	%	Total	%
CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista S.A.	157.500	50	157.500	50
TAESA - Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.	157.500	50	157.500	50
	315.000	100	315.000	100

As ações ordinárias conferem ao titular o direito a um voto nas deliberações das assembleias gerais.

Interligação Elétrica Ivaí S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

(b) Dividendos

O Estatuto Social da Companhia prevê destinação do lucro do exercício observando a seguinte ordem (i) constituição da reserva legal; (ii) do saldo do lucro líquido, a Companhia distribuirá, no mínimo, 25% do lucro líquido do exercício como dividendo mínimo obrigatório.

(c) Reservas e retenção de lucros

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Reserva legal (i)	37.166	27.397
Retenção de lucros (ii)	<u>298.265</u>	<u>159.059</u>
	<u>335.431</u>	<u>186.456</u>

(i) Reserva legal

Constituída em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, até o limite de 20% do capital social.

(ii) Retenção de lucros

A Administração propõe a manutenção no patrimônio líquido do lucro retido de exercícios anteriores, em retenção de lucros, conforme art. 196 da Lei 6.404/76, que se destina a atender o orçamento de capital aprovado em Assembleia Geral de Acionistas nos períodos em referência. A retenção de lucros com base no orçamento de capital, não é considerada para o cômputo do limite determinado pelo art. 199 da Lei 6.404/76.

16 Receita operacional bruta

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receita bruta		
Rede básica	<u>371.072</u>	<u>43.346</u>
	<u>371.072</u>	<u>43.346</u>

16.1 Revisão periódica da Receita Anual Permitida - RAP

Em conformidade com os contratos de concessão, a cada quatro e/ou cinco anos, após a data de assinatura dos contratos, a ANEEL procederá à revisão tarifária periódica da RAP de transmissão de energia elétrica, com o objetivo de promover a eficiência e modicidade tarifária.

Cada contrato tem sua especificidade, mas em linhas gerais, os licitados têm sua RAP revisada por três vezes (a cada cinco anos), quando é revisto o custo de capital de terceiros. Os reforços e melhorias associados aos contratos licitados, são revisados a cada 5 anos. Também poderá ser aplicado um redutor de receita para os custos de Operação e Manutenção – O&M, para captura dos Ganhos de Eficiência Empresarial.

A revisão tarifária periódica compreende o reposicionamento da receita mediante a determinação:

- a) da alteração dos custos de capital de terceiros previstos no Anexo VI dos referidos contratos;
- b) das receitas decorrentes de reforços e melhorias;
- c) da identificação do valor a ser considerado como redutor tarifário – Outras Receitas.

As datas das próximas revisões tarifárias periódicas da RAP da Companhia estão descritas na nota 1.2.

Interligação Elétrica Ivaí S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

16.2 Parcela Variável – PV, adicional à RAP e Parcela de Ajuste - PA

A Resolução Normativa n.º 906 de 08 de dezembro de 2020, regulamenta a Parcela Variável – PV e o adicional à RAP. A Parcela Variável é a penalidade pecuniária aplicada pelo Poder Concedente em função de eventuais indisponibilidades ou restrições operativas das instalações integrantes da Rede Básica. O adicional à RAP corresponde ao prêmio pecuniário concedido às transmissoras como incentivo à melhoria da disponibilidade das instalações de transmissão. Para as duas situações destacadas ocorre o reconhecimento de uma receita e/ou redução de receita de operação e manutenção no período em que ocorrem.

A Parcela de Ajuste (PA) é a parcela de receita decorrente da aplicação de mecanismo previsto em contrato, utilizado nos reajustes anuais periódicos, que é adicionada ou subtraída à RAP, de modo a compensar excesso ou déficit de arrecadação no período anterior ao reajuste.

17 Pessoal e administradores

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Pessoal		
Remuneração	282	1.022
Encargos	278	503
Despesas rescisórias	115	21
Bônus por desempenho	604	618
Rateio partes relacionadas	1.994	(1.170)
Outros benefícios - corrente	56	209
	<u>3.329</u>	<u>1.203</u>
Administradores		
Honorários e encargos	309	388
	<u>309</u>	<u>388</u>
	<u>3.638</u>	<u>1.591</u>

Em 2023, após a troca da diretoria, a remuneração dos administradores e colaboradores passou a ser paga pela Controladora CTEEP.

18 Resultado financeiro

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receitas		
Rendimento de aplicações financeiras, líquido	27.752	12.372
Variações Monetárias	1	633
	<u>27.753</u>	<u>13.005</u>
Despesas		
Encargos sobre debêntures	(128.413)	(115.730)
Variações monetárias	(93.785)	(116.196)
Comissões e taxas	(673)	(6.514)
IOF	(66)	(201)
Outras	(131)	(164)
	<u>(223.068)</u>	<u>(238.805)</u>
	<u>(195.315)</u>	<u>(225.800)</u>

Interligação Elétrica Ivaí S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

19 Imposto de renda e contribuição social

A Companhia adota o regime de lucro real estimativa mensal nos exercícios de 2023 e 2022.

(a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O saldo de R\$207.121 (R\$205.816 em 31 de dezembro de 2022) no ativo não circulante, é registrado sobre prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições do CPC 32.

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	31.091	(193.355)
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social efetiva	<u>(10.571)</u>	<u>65.741</u>
Ajuste do adicional do IRPJ (R\$240)	<u>85</u>	<u>(344)</u>
Despesa com IRPJ e CSLL	<u>(10.486)</u>	<u>65.397</u>
Alíquota efetiva	34%	34%

20 Transações com Partes relacionadas

Os principais saldos e transações com partes relacionadas no período são como segue:

Natureza da operação	Parte relacionada	2023			2022		
		Ativo	Passivo	Receita/ (Despesa)	Ativo	Passivo	Receita/ (Despesa)
Compartilhamento de recursos humanos (a)	Aimorés	345	-	345	63	-	1.336
Compartilhamento de recursos humanos (a)	Paraguaçu	515	-	515	95	-	2.007
Sublocação (b)	CTEEP	-	724	(2.940)	-	105	(629)
Prestação de serviços (c)	CTEEP	-	1.620	(11.318)	-	937	(4.517)
		<u>860</u>	<u>2.344</u>	<u>(13.398)</u>	<u>158</u>	<u>1.042</u>	<u>(1.803)</u>

- a) Em 13 de dezembro de 2018 foi encaminhada à ANEEL, conforme determina a Resolução Normativa nº 699/16, a solicitação de anuência prévia para o contrato de compartilhamento de recursos humanos entre a Companhia e suas partes relacionadas: (i) Interligação Elétrica Aimorés S.A. e (ii) Interligação Elétrica Paraguaçu S.A. O pleito teve por objetivo o rateio dos gastos com pessoal de maneira proporcional à Receita Anual Permitida - RAP ajustada de cada Companhia. O pleito foi aprovado pela ANEEL por meio do despacho nº 578 de 25 de fevereiro de 2019 e segue vigente.

Interligação Elétrica Ivaí S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

- b) A partir da Nota Técnica nº 114/2018-SFF ANEEL de 9 de julho de 2018, foi anuído o direito da CTEEP em compartilhar as despesas com TI e os gastos condominiais do edifício sede. A Companhia fisicamente está localizada no edifício sede da controladora em conjunto CTEEP e, como previsto na NT nº114/2018, passou a compartilhar dos custos condominiais calculados com base na área ocupada; já para os gastos com TI o compartilhamento ocorre pela quantidade de usuários.
- c) Contrato de prestação de serviços de engenharia, análise de projetos básico e executivo, suporte técnico na aquisição de materiais e equipamentos e gestão da construção de obras de subestações e de linhas de transmissão.

Essas operações são realizadas em condições específicas negociadas contratualmente entre as partes, com base nos critérios aprovados pela ANEEL e não ocorreram transações avaliadas como atípicas.

Remuneração dos administradores

A remuneração global dos Administradores da Companhia foi de R\$309 (R\$813 em 2022). Em 2023, após a troca da diretoria, a remuneração dos administradores passou a ser paga pela Controladora CTEEP.

21 Instrumentos financeiros

(a) Identificação dos principais instrumentos financeiros

	<u>Nível</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Ativos financeiros			
<u>Valor justo por meio do resultado</u>			
Aplicações financeiras	2	47.879	128.654
Caixa restrito	2	108.148	
<u>Custo amortizado</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	-	92.350	18.348
Contas a receber – Concessionárias e Permissionárias		14.223	28.354
Partes relacionadas		860	158
Passivos financeiros			
<u>Custo amortizado</u>			
Debêntures	-	2.267.916	2.259.998
Fornecedores	-	263.136	56.815
Partes relacionadas	-	2.344	1.042
Arrendamentos		671	1.108

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia classifica os instrumentos financeiros, como requerido pelo CPC 46 - Mensuração do Valor Justo:

Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Interligação Elétrica Ivaí S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Nível 2 – preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e

Nível 3 – ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

(b) Gerenciamento de riscos

Os principais fatores de risco inerentes às operações da Companhia podem ser assim identificados:

- (i) **Risco de crédito** – A Companhia mantém contratos com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados a usuários da rede básica, com cláusula de garantia bancária. Igualmente, a Companhia mantém contratos regulando a prestação de seus serviços diretamente aos clientes livres, também com cláusula de garantia bancária, que minimiza o risco de inadimplência.
- (ii) **Risco de preço** – As receitas da Companhia são, nos termos do contrato de concessão, reajustadas anualmente pela ANEEL, pela variação do IPCA, sendo parte das receitas sujeita à revisão tarifária periódica (nota 1.2).
- (iii) **Risco de taxas de juros** – A atualização dos contratos de financiamento está vinculada à variação do IPCA DI (nota 11).
- (iv) **Risco de liquidez** – As principais fontes de caixa da Companhia são provenientes de: suas operações, principalmente pela cobrança do uso do sistema de transmissão de energia elétrica por outras concessionárias e agentes do setor.

(c) Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade têm como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

O cálculo da sensibilidade para o cenário provável foi realizado considerando as taxas/índices vigentes adotado pela Companhia na data das demonstrações financeiras.

Risco de juros – Efeitos no Resultado Financeiro							
Operação	Risco	Saldos em 2023	Cenário Base	Risco de elevação dos indexadores		Risco de queda dos indexadores	
				Cenário I – 25%	Cenário II – 50%	Cenário I – 25%	Cenário II – 50%
Ativos financeiros							
Aplicações financeiras e equivalentes de caixa	CDI	140.229	26.816	33.520	40.224	20.112	13.408
Passivos financeiros							
Debêntures	IPCA	2.267.916	(222.197)	(277.746)	(333.296)	(166.648)	(111.099)

Interligação Elétrica Ivaí S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

22 Seguros

A especificação por modalidade de risco e vigência dos seguros está demonstrada a seguir:

<u>Modalidade</u>	<u>Vigência</u>	<u>Importância segurada - R\$ mil</u>	<u>Prêmio - R\$ mil</u>
Patrimonial (a)	19.12/23 a 19/12/24	373.837	435
			<u>435</u>

- (a) **Patrimonial** - Cobertura de pagamento de multas e indenizações devidas à Administração Pública e indenização pelos prejuízos decorrentes do inadimplemento das obrigações assumidas pelo fornecedor responsável em executar a construção, fornecimento ou prestação de serviços dos itens descritos na nota 1.2.

As premissas adotadas para a contratação dos seguros, dada sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria. Consequentemente não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

23 Compromissos assumidos

Em 13 de setembro de 2017, a Companhia assinou um contrato no valor de R\$371.000, na modalidade EPC Chave na Mão por Preço Fixo Global (*Lump Sum Turnkey*), referente a fornecimento de bens, equipamentos e materiais além da execução das obras das subestações 525kV, 230kV e 138kV. O saldo deste contrato contendo o reajuste, em 31 de dezembro de 2023 é de R\$73.452 (R\$74.047 em 31 de dezembro de 2022).

Interligação Elétrica Ivaí S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

24 Conciliação do balanço patrimonial e da demonstração do resultado regulatório e societário

Para fins estatutários, a Companhia seguiu os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas conforme práticas regulatórias com as práticas societárias.

Ativo	2023			2022		
	Regulatório	Reclassificação /Ajustes	Societário	Regulatório	Reclassificação /Ajustes	Societário
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	92.350	-	92.350	18.348	-	18.348
Aplicações financeiras	47.879	-	47.879	128.654	-	128.654
Contas a receber - Concessionárias e Permissionárias	14.194	(14.194)	-	28.354	(28.354)	-
Contas a receber (Ativo da Concessão)	-	331.207	331.207	-	309.383	309.383
Tributos e contribuições a compensar	6.498	-	6.498	10.657	-	10.657
Partes relacionadas	860	-	860	158	-	158
Despesas antecipadas	275	-	275	411	-	411
	162.056	317.013	479.069	186.582	281.029	467.611
Não circulante						
Realizável a longo prazo						
Contas a receber - Concessionárias e Permissionárias	29	(29)	-	-	-	-
Fundos vinculados	108.148	-	108.148	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	207.721	(207.721)	-	205.816	(205.816)	-
PIS e COFINS diferidos	1.422	(1.422)	-	-	-	-
Contas a receber (Ativo da Concessão)	-	3.777.644	3.777.644	-	3.343.385	3.343.385
Estoques	-	35	35	-	-	-
Depósitos judiciais	3.237	-	3.237	2.985	-	2.985
	320.557	3.568.507	3.889.064	208.801	3.137.569	3.346.370
Imobilizado	1.826.383	(1.825.610)	773	1.678.489	(1.677.277)	1.212
Intangível	191.266	(191.266)	-	175.501	(175.487)	14
	2.017.649	(2.016.876)	773	1.853.990	(1.852.764)	1.226
Total do ativo	2.500.262	1.868.644	4.368.906	2.249.373	1.565.834	3.815.207

Interligação Elétrica Ivaí S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Passivo	2023			2022		
	Regulatório	Reclassificação /Ajustes	Societário	Regulatório	Reclassificação /Ajustes	Societário
Circulante						
Arrendamentos	129	-	129	164	-	164
Fornecedores	260.201	-	260.201	56.815	-	56.815
Debêntures	91.100	-	91.100	89.518	-	89.518
Tributos e encargos sociais a recolher	5.188	-	5.188	3.399	-	3.399
Encargos regulatórios a recolher	358	-	358	234	-	234
Partes relacionadas	2.344	-	2.344	1.042	-	1.042
Dividendos a pagar	46.402	-	46.402	-	-	-
Obrigações trabalhistas	74	-	74	252	-	252
	405.796	-	405.796	151.424	-	151.424
Não circulante						
Exigível a longo prazo						
Arrendamentos	542	-	542	944	-	944
Fornecedores	2.935	-	2.935	-	-	-
Debêntures	2.176.816	-	2.176.816	2.170.480	-	2.170.480
Encargos regulatórios a recolher	1.158	-	1.158	156	-	156
PIS e COFINS diferidos	-	376.257	376.257	-	335.255	335.255
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	369.467	369.467	-	282.431	282.431
Provisões	24.103	-	24.103	11.660	-	11.660
	2.205.554	745.724	2.951.278	2.183.240	617.686	2.800.926
Patrimônio líquido						
Capital social	315.000	-	315.000	315.000	-	315.000
Reservas de lucros	335.431	361.401	696.832	186.456	361.401	547.857
Lucro/(prejuízo) acumulado	(761.519)	761.519	-	(586.747)	586.747	-
	(111.088)	1.122.920	1.011.832	(85.291)	948.148	862.857
Total do passivo e do patrimônio líquido	2.500.262	1.868.644	4.368.906	2.249.373	1.565.834	3.815.207

Interligação Elétrica Ivaí S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	2023			2022		
	Regulatório	Reclassificação/ Ajustes	Societário	Regulatório	Reclassificação/ Ajustes	Societário
Operação em continuidade						
Disponibilidade do sistema de transmissão	371.072	575.294	946.366	43.346	570.043	613.389
	371.072	575.294	946.366	43.346	570.043	613.389
Tributos						
PIS	(6.314)	(9.301)	(15.615)	(715)	(9.405)	(10.120)
COFINS	(29.081)	(42.843)	(71.924)	(3.295)	(43.324)	(46.619)
	(35.395)	(52.144)	(87.539)	(4.010)	(52.729)	(56.739)
Encargos						
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - TFSEE	(946)	-	(946)	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	(3.298)	-	(3.298)	(390)	-	(390)
	(4.244)	-	(4.244)	(390)	-	(390)
Receita Líquida	331.433	523.150	854.583	38.946	517.314	556.260
Custos e despesas						
Custos dos serviços de construção e operação e manutenção	-	(264.226)	(264.226)	-	(262.389)	(262.389)
Pessoal	(3.638)	-	(3.638)	(1.591)	-	(1.591)
Material	(286)	148	(138)	(3)	-	(3)
Serviços de terceiros	(15.658)	15.179	(479)	(4.633)	-	(4.633)
Provisões para demandas judiciais	(29)	-	(29)	-	-	-
Depreciação e amortização	(34.933)	34.726	(207)	(150)	-	(150)
Arrendamento e aluguéis	(369)	5	(364)	(71)	-	(71)
Seguros	(412)	412	-	(35)	-	(35)
Tributos	(23)	-	(23)	(13)	-	(13)
Gastos diversos	(386)	386	-	(5)	-	(5)
Outras receitas operacionais	-	1	1	-	-	-
Outras despesas operacionais	(49.293)	(46.067)	(95.360)	-	-	-
	(105.027)	(259.436)	(364.463)	(6.501)	(262.389)	(268.890)
Resultado da atividade	226.406	263.714	490.120	32.445	254.925	287.370
Resultado financeiro						
Receitas financeiras	27.753	-	27.753	13.005	-	13.005
Despesas financeiras	(223.068)	-	(223.068)	(238.805)	9	(238.796)
	(195.315)	-	(195.315)	(225.800)	9	(225.791)
Resultado antes dos impostos sobre o lucro	31.091	263.714	294.805	(193.355)	254.934	61.579
Despesas com Imposto de renda e contribuição social						
Corrente	(12.993)	-	(12.993)	-	-	-
Diferido	2.507	(88.942)	(86.435)	65.397	(86.652)	(21.255)
Resultado líquido do exercício	20.605	174.772	195.377	(127.958)	168.282	40.324

Interligação Elétrica Ivaí S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória, sendo as práticas contábeis regulatórias apresentadas na nota 3.

24.1 Contrato de concessão

Para elaboração das demonstrações financeiras societárias, a Companhia adota para fins de classificação e mensuração das atividades de concessão os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes, CPC 48 – Instrumentos Financeiros e ICPC01 (R1) – Contratos de Concessão.

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão.

Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de *performance* com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

O ativo de concessão registra valores a receber referentes à implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e aos serviços de operação e manutenção, classificados em:

(a) Ativo da concessão - financeiro

A atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão tem início após o término da fase de construção e entrada em operação da mesma. O reconhecimento do contas a receber e da respectiva receita de O&M originam somente depois que a obrigação de desempenho é concluída mensalmente, de forma que estes valores a receber, registrados na rubrica “Serviços de O&M”, são considerados ativo financeiro a custo amortizado.

Os critérios utilizados para a adoção da interpretação da concessão detida pela Companhia estão descritos na nota explicativa 3.7 das Demonstrações Contábeis Societárias do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

(b) Ativo da concessão - contratual

O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita de Implementação da infraestrutura reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescentando-se a margem estimada para cada projeto e as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento.

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros, e é atualizado pela taxa implícita do fluxo financeiro, registrada como Receita de remuneração do ativo de contrato. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Interligação Elétrica Ivaí S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

24.2 Imposto de renda e contribuição social diferidos (CPC 32)

Os ajustes de imposto de renda e contribuição social diferidos representam os efeitos tributários sobre os ajustes reconhecidos com as adoções dos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo CPC, principalmente o ICPC 01 (R1) e CPC 47.

24.3 PIS COFINS diferidos

O diferimento do PIS e da COFINS é relativo às receitas de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo de concessão apuradas sobre o ativo financeiro e registrado conforme competência contábil. O recolhimento ocorre à medida do efetivo recebimento, conforme previsto na Lei 12.973/14.

24.4 Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Patrimônio líquido societário	1.011.832	862.857
Ativo de contrato de concessão (CPC 47)	(4.094.628)	(3.624.414)
Imobilizado e intangível (CPC 47)	2.016.876	1.852.764
Imposto de renda e contribuição social diferidos (CPC 47)	577.188	488.247
Tributos diferidos – Pis e Cofins (CPC 47)	377.679	335.255
Outros (CPC 47)	(35)	-
Patrimônio líquido regulatório	(111.088)	(85.291)

24.5 Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Lucro societário do exercício	195.377	40.324
Receita bruta (CPC 47)	(575.294)	(570.043)
Tributos e encargos – Pis e Cofins (CPC 47)	52.144	52.729
Depreciação e amortização (CPC 47)	(34.726)	-
Custos operacionais (CPC 47)	294.162	262.389
Imposto de renda e contribuição social diferidos (CPC 47)	88.942	86.652
Outras despesas financeiras (CPC 06)	-	(9)
Lucro (prejuízo) regulatório do exercício	20.605	(127.958)

Interligação Elétrica Ivaí S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

25 Eventos subsequentes

i) Processo com probabilidade de perda classificada como possível

No mês de fevereiro de 2024, ocorreu uma atualização no prognóstico da demanda ambiental, passando de remoto para possível, no valor de R\$ 41.376. Isso diz respeito ao Inquérito Civil instaurado pelo Ministério Público do Estado do Paraná, que tem como objetivo investigar a compensação ambiental por perda de vegetação nativa, bem como uma eventual complementação da compensação adotada no Termo de Compromisso firmado com o Instituto Água e Terra – IAT.

ii) Emissão do Termo de Liberação Definitiva - TLD

Em 03 de março de 2024, as obras de implantação do empreendimento da Companhia foram finalizadas, sendo solicitado ao Operador Nacional do Sistema, a emissão do Termo de Liberação Definitivo – TLD, sendo esse emitido pelo órgão em 05 de março de 2024.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Aos Acionistas e Administradores da
Interligação Elétrica Ivaí S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias Interligação Elétrica Ivaí S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela Administração da Companhia com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 933, de 18 de maio de 2021.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Interligação Elétrica Ivaí S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o MCSE, aprovado pela ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 933, de 18 de maio de 2021.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Base contábil de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar a nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias, que foram elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir os requisitos da ANEEL. Consequentemente, as demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outros fins.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras societárias

A Companhia preparou um conjunto de demonstrações financeiras societárias, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente sem ressalvas separado, com data de 20 de março de 2024.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório do auditor.

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração Regulatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração Regulatório e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração Regulatório e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração Regulatório, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE, aprovado pela ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 933, de 18 de maio de 2021, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias


Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.


Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 22 de abril de 2024


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Renato Vieira Lima
Contador
CRC nº 1 SP 257330/O-5